

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Bruna Lopes Viana

Formada em pedagogia pela Faculdade Astorga-FAAST

bruna.sepol2014@gmail.com

Dayane de Freitas Colombo Rosa

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e coordenadora pedagógica na Prefeitura Municipal de Astorga e professora na Faculdade Astorga – FAAST

dayemarcio@hotmail.com

Roseli Gall do Amaral

Doutora em Educação Pela Universidade Estadual de Maringá/ UEM e Doutora em Estudos Clássicos (Mundo Antigo) pela Universidade de Coimbra/ UC. Atualmente é Professora da UTFPR-Campus Apucarana

amararoseli@gmail.com

RESUMO: Essa pesquisa teve como objeto de estudos e fonte primária a Base Nacional Comum Curricular (2017), cujo objetivo foi analisar a proposta deste documento para o ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a fim de identificar quais as possíveis implicações da formação pretendida, a partir das orientações para o ensino dessa disciplina, ao homem enquanto sujeito histórico e social. Buscou responder as seguintes problemáticas: Por que e Para que ensinar Geografia? O que propõem a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental I, em especial, no campo de competências, habilidades e avaliações para o ensino de Geografia? Essa proposta visa uma formação ou pseudoformação humana?. Como metodologia foi utilizada a técnica da pesquisa bibliográfica e documental. O pressuposto teórico, parte da proposta que compreende a educação como um processo dialético, que conjuga os anseios e necessidades do homem concreto, real e situado historicamente, podendo ser um possível instrumento de transformação social, cujo objetivo da escola se configura em promover o homem, ou seja, fazê-lo alcançar patamares cada vez mais complexos tornando-o capaz de intervir criticamente na sociedade, ampliando a autonomia, a comunicação e a colaboração entre os mesmos. Diante disso, foi necessário analisar qual o respaldo teórico do ensino de geografia proposto na BNCC, haja vista que sua elaboração tem por objetivo nortear os currículos da educação básica das instituições de ensino do país. A análise realizada possibilitou a

compreensão de que o ensino de Geografia elucidado na BNCC vincula-se ao reconhecimento da geografia local com ênfase no saber fazer e na solução de problemas que envolve o universo particular o que permite inferir que caminha na contramão de uma ontologia que situe o homem como ser social.

Palavras-chave: Educação; Emancipação; Sujeito Histórico Social.

THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASE AND GEOGRAPHY TEACHING IN FUNDAMENTAL EDUCATION I

ABSTRACT: This research had as its object of studies and primary source the National Common Curricular Base (2017), whose objective was to analyze the proposal of this document for the teaching of Geography in the initial grades of Elementary School, in order to identify what are the possible implications of the intended formation, from the guidelines for teaching this discipline, to man as a historical and social subject. It sought to answer the following problems: Why and Why teach Geography? What do the Common Curricular National Base for Elementary Education I propose, especially in the field of competences, skills and assessments for teaching Geography? Does this proposal aim at human formation or pseudoformation?. As a methodology, the technique of bibliographic and documentary research was used. The theoretical assumption, part of the proposal that understands education as a dialectical process, which combines the desires and needs of the concrete, real and historically situated man, which can be a possible instrument of social transformation, whose school objective is configured in promoting man, that is, making it reach increasingly complex levels making it capable of critically intervening in society, expanding autonomy, communication and collaboration between them. Given this, it was necessary to analyze what the theoretical support of geography teaching proposed at BNCC, given that its elaboration aims to guide the curricula of basic education of educational institutions in the country. The analysis carried out made it possible to understand that the teaching of Geography elucidated in the BNCC is linked to the recognition of local geography with an emphasis on phasing knowledge and solving problems involving the particular universe, which allows us to infer that it goes against an ontology that situate man as a social being.

Keywords: Education; Emancipation; Social Historical Subject.

1 INTRODUÇÃO

As relações da geografia com o ensino são indissociáveis, embora, segundo Vesentini (2008) seja “[...] pouco perscrutadas tanto pelos geógrafos como pelos estudiosos da questão escolar” (VESENTINI, 2008, p. 9). Esse fato se deve, na perspectiva de Lacoste (1988, p. 120) porque “[...] a geografia é, para a maioria das pessoas, e notadamente para os intelectuais, sinônimo de disciplina chata, inútil, e na comunidade científica ela é objeto de polida indiferença ou de uma indagação de sua razão de existir”.

A despeito das aparências, que para Lacoste (1988), são intencionalmente mantidas o ensino da geografia deveria ser do interesse de todos os cidadãos. Haja vista que na perspectiva do autor o conhecimento desta disciplina serve para fazer guerra e exercer o poder, ou seja, “[...] para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade” (LACOSTE, 1988, p. 9).

Diante dessas constatações, surgiram as questões: Por que e para que ensinar Geografia? O que propõem a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental, principalmente no campo de competências, habilidades e avaliação para o ensino de geografia? Essa proposta visa uma formação ou pseudoformação humana?, o que justifica a escolha do objeto e fonte desta pesquisa: a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017), em especial sua proposta para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental I.

Desse modo, convém esclarecer que o ponto de partida para dialogar com a fonte foi o entendimento da disciplina de geografia como aquela que estuda os espaços geográficos, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais de forma conectada com as ações humanas e sua historicidade. De acordo com Milton Santos (2008) esses espaços possuem uma relação com o social, o econômico e o cultural, ou seja, sofrem múltiplas determinações da sociedade e do período que estão inseridos. Sob essa ótica, segundo Fatin (2010) o ensino de geografia não é apenas ensinar os alunos a se localizarem nos espaços, mas investigar as ações e transformações históricas dos homens nos mesmos.

Assim, em um primeiro momento o objetivo foi compreender o cenário histórico e político do ensino de geografia no Brasil, e para tanto, foram utilizados autores como: Yves

Lacoste (1988), Moraes (1993) e Milton Santos (1978). Foram utilizados também como referências de leitura para a compreensão do encaminhamento do ensino desta disciplina no Brasil a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica* (1996); *Plano Nacional de Educação* (2014); *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997); Jacques Delors em *Educação: um tesouro a descobrir* (2001) e Marli Aparecida de Lima Chini em *A construção pedagógica dos anos 80 e 90 (do século XX) no Brasil e no Estado do Paraná: o currículo básico para escola pública do estado do Paraná e os Parâmetros Curriculares Nacionais* (2011).

A BNCC é um documento nacional de caráter normativo que entrou em vigor no ano de 2020 nas instituições de ensino do país, tendo como principal objetivo nortear os currículos das escolas de rede pública e privada no intuito de alinhar o âmbito Federal, Estadual e Municipal da educação no Brasil no que diz respeito ao “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7).

A construção da BNCC foi estabelecida pelos seguintes marcos legais: Constituição Federal (1988); LDBEN (nº9394/96); DCNS (2013) e o Plano Nacional de Educação-PNE (2014) além das deliberações dos Organismos Internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, somente no ano de 2014 se iniciou a elaboração da mesma por meio da Conferência Nacional de Educação (CONAE). A BNCC, portanto, apresentou-se em três versões, sendo a primeira em 2015, a segunda versão no ano de 2016 e a última versão apresentada ao CNE em uma cerimônia realizada em Brasília no dia 06 de abril de 2017 e homologada no dia 20 de dezembro de 2017 pelo Ministro da Educação Mendonça Filho.

Esta última versão foi formulada em sua maior parte por economistas e instituições privadas como por exemplo: o Instituto Natura, o Instituto Ayrton Senna, o Banco Itaú e Fundação Lemann. As alterações realizadas no texto do documento apresentaram inclinações mais explícitas à uma formação para o mercado de trabalho e menos para formação integral e emancipatória do indivíduo, confirmando o papel dessas instituições no processo, que por meio de uma parceria entre o público e o privado, fomentam a retirada do Estado na execução das políticas sociais (PERONI, 2006).

O modelo de homem pretendido pela implementação da BNCC aproxima-se ao padrão de homem explícito no relatório: Educação: *Um Tesouro a descobrir* de Jacques Delors de 2001, que pretende formar indivíduos que atendam as demandas do mundo contemporâneo, por meio da atuação do processo educativo em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. No entanto, o aprender a fazer ganha destaque. Segundo documento:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (BRASIL, 2017, p. 13).

Esses princípios podem ser observados na proposta para o ensino de geografia contida na BNCC de forma diluída nas unidades temáticas instituídas no documento: o sujeito e seu lugar no mundo, conexões e escalas, mundo do trabalho, formas de representação e pensamento espacial e natureza, ambientes e qualidade de vida. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar os principais argumentos acerca da BNCC e o ensino de Geografia a fim de discutir possíveis implicações desta proposta ao homem enquanto sujeito histórico e social.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar este trabalho, foram utilizadas pesquisas do tipo bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. A fonte de investigação aderiu como percurso teórico metodológico a ciência da história, que compreende que “a educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social” (CURY, 1986, p. 13), e no seu papel de agente de transformação social.

Para realizar a análise documental, segundo André Cellard (2008, p. 299), faz-se necessário “o exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado”. Nesse sentido, em um primeiro momento foi realizado o processo de identificação da mesma, procurando observar sua estrutura física e organizacional. Em um segundo momento, realizou-se sua localização, ou seja,

identificou o período em que está inserida, sua independência, seu conteúdo e orientação, sua difusão e influência e os possíveis grupos de interesses envolvidos na sua elaboração e publicação. Em um terceiro momento dedicou-se a sua compilação e fichamento (LAKATOS; MARCONI, 2006).

Após esse processo inicial de reconhecimento da fonte o desenvolvimento da pesquisa se estruturou em três etapas: a) procurou analisar os aspectos de conotação (conjunto de significantes) da Base nacional Comum Curricular (2017) ao corroborar com Ragazzini (2001, p.18) quando argumentou que: “[...] o aspecto de interesse principal vem da conotação, menos que da denotação. O implícito e o não intencional se tornam interessantes”; b) identificou-se autores comentadores a respeito da fonte, ou seja, realizou-se uma pesquisa bibliográfica “[...] principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50) procurando analisar com “[...] profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições [...]” (GIL, 2008, p. 50); e, c) buscou correlacionar as informações levantadas no intuito de realizar uma análise interpretativa qualitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antônio Carlos Robert Moraes (1993), em seu livro *Geografia, pequena história crítica*, afirmou que existem várias definições para a geografia. Para o autor há quem defina essa ciência como o estudo da superfície da terra, já que a etimologia dessa palavra significa descrição da terra. Na perspectiva do autor “[...] assim, caberia ao estudo geográfico descrever todos os fenômenos manifestados na superfície do planeta, sendo uma espécie de síntese de todas as ciências” (MORAES, 1993, p. 4).

Existem também, segundo Moraes (1993), os que conceituam a geografia como o estudo da paisagem. Para esses, “[...] a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real” (MORAES, 1993, p. 4). Outro conceito encontrado, para o autor, é daqueles que propõem a geografia como o estudo da individualidade dos lugares. Nesta concepção, “[...] o estudo geográfico deveria abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta compreender o caráter singular de cada porção do planeta” (MORAES, 1993, p. 4-5).

A geografia pode ser ainda definida como estudo diferenciado de áreas, tal perspectiva busca “[...] individualizar áreas, tendo em vista compará-las com outras; daí a tônica nos dados que diferenciam cada uma” (MORAES, 1993, p. 5). Ou também, segundo o autor, como a ciência que estuda o espaço, no qual pode ser compreendido como: categorias do entendimento, atributo dos seres ou como um ser específico do real com características e dinâmicas próprias (MORAES, 1993).

Finalmente, para Moraes (1993), a geografia pode ser definida, em outra perspectiva teórica metodológica, como: “[...] o estudo das relações entre o homem e o meio, ou, posto de outra forma, entre a sociedade e a natureza” (MORAES, 1993, p. 5). Assim, a especificidade da geografia seria explicar a relação entre os dois domínios da realidade. Apresentando conexões entre as ciências naturais e humanas, apontando a responsabilidade desse homem como sujeito do processo de construção geográfica e as interferências políticas, sociais e econômicas nesse processo.

A tendência conceitual da geografia que tem fundamentado os encaminhamentos para o ensino desta disciplina no Brasil desde a década de 1990, principalmente após a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, um dos primeiros passos rumo a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular é a que preocupa-se com a maneira de como as pessoas sentem o espaço em que vivem e como se relacionam com ele.

Essa perspectiva é denominada de Geografia Humanista, também conhecida como Geografia da Percepção, e, tem como principal objetivo estudar determinados grupos (coletivos ou individuais), suas experiências e relação com o espaço, para entender seus comportamentos e valores, para que esse indivíduo entenda qual a sua relação com o outro no mundo. Nos PCNs, esta concepção pode ser percebida quando é descrito que os alunos necessitam aprender geografia para que possam “[...] valorizar os fatores culturais da vida cotidiana, permitindo compreender ao mesmo tempo a singularidade e a pluralidade dos lugares no mundo” (BRASIL, 1998, p. 23).

E, também quando explicita:

Uma das características fundamentais da produção acadêmica da Geografia dos últimos tempos foi o surgimento de abordagens que consideram as dimensões subjetivas e, portanto, singulares dos homens em sociedade, rompendo, assim, tanto com o positivismo como com o marxismo ortodoxo [...] Essa tendência conceitual é que se procurou assinalar ao definir o corpo de conteúdos que a Geografia deve abordar no ensino fundamental (BRASIL, 1998, p. 23-24).

Já a Base Nacional Comum Curricular em seus princípios didáticos e, na sua concepção de ensino demanda que a disciplina de geografia seja trabalhada de forma interdisciplinar com as outras áreas do conhecimento, especialmente com o ensino de história a partir das “[...] necessidades, possibilidades e interesses dos alunos e os desafios da sociedade contemporânea para formar pessoas autônomas e capazes de se servir dessas aprendizagens em suas vidas” (BRASIL, 2017, p. 2).

É importante destacar que na base o termo competência é conceituado da seguinte maneira:

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8).

Diferentemente das duas primeiras versões, a Base Nacional 2017 estipula três conjuntos de competências gerais que interagem entre si e as áreas de ensino, são elas: competências pessoais e sociais, competências cognitivas e competências comunicativas. Sendo o propósito da competência comunicativa que o aluno consiga:

[...] explicar, por meio de diferentes linguagens, fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais, valorizando a diversidade de saberes e vivências culturais; argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam os direitos humanos, o acesso e a participação de todos sem discriminação de qualquer natureza e a consciência socioambiental (BRASIL, 2017, p. 6).

Quanto às competências pessoais e sociais, os alunos devem aprender a:

[...] conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, e reconhecer e gerir suas emoções e comportamentos, com autocrítica e capacidade de lidar com a crítica do outro e a pressão do grupo; exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito; fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos baseados nas diferenças de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/ necessidade, fé religiosa ou de qualquer outro tipo; agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017, p. 7).

Distintamente das do grupo de competências gerais que a base nacional apresenta para ser desenvolvida pelos estudantes durante o processo de ensino na Educação Básica, a área das ciências humanas proporciona sete competências específicas para o ensino de geografia:

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.
3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.
4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão (BRASIL, 2017, p. 357).

Deste modo, a Base Curricular ao estabelecer competências gerais e específicas para o ensino de geografia e demais áreas do conhecimento, caracteriza que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2017), na tentativa de formar um indivíduo que desenvolva a habilidade “[...] de mobilizar e operar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes [...]” (BRASIL, 2017, p. 3), de sua vida cotidiana.

Assim sendo, o propósito do ensino de geografia da Base Nacional Comum Curricular (2017), caminha de encontro aos conceitos de diversidade cultural e pluralidade. Amparado pelo discurso de democracia, no qual o currículo, ferramenta muito importante no campo escolar, inclui o multiculturalismo, sendo padronizados os conhecimentos, independente da região. Segundo Hornburg e Silva (1999), o currículo não envolve apenas conhecimento, mas também:

[...] questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringe a uma questão de conteúdos (HORNBERG; SILVA, 1999, p. 1).

Portanto, o multiculturalismo previsto na Base Curricular defende o respeito as diversas culturas e a inclusão das mesmas. Para a Base, estudar geografia é:

[...] uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BRASIL, 2017, p. 359).

Consequentemente, a proposta para o ensino de geografia nas séries iniciais está centralizada no ensino sobre o meio ambiente, sustentabilidade, diversidade cultural e

individualidade dos sujeitos, sendo que os conhecimentos de geografia estão em conexão com os componentes da área de ciências humanas, em virtude de que ambas:

Exigem clareza na definição de um conjunto de objetos de conhecimento que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e que aprimorem a capacidade de os alunos pensarem diferentes culturas e sociedades, em seus tempos históricos, territórios e paisagens (compreendendo melhor o Brasil, sua diversidade regional e territorial). E também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo (BRASIL, 2017, p. 354).

De acordo com a Base (2017), no Ensino Fundamental-Anos Iniciais, as crianças na disciplina de geografia devem ser:

[...] desafiadas a reconhecer e comparar as realidades de diversos lugares de vivência, assim como suas semelhanças e diferenças socioespaciais, e a identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais (como transporte, segurança, saúde e educação) (BRASIL, 2017, p. 364).

São essas habilidades (reconhecer, comparar e identificar) que, segundo o documento, proporcionarão o conhecimento e entendimento dos alunos sobre o que é geografia. No entanto, Gasparin (2015) argumentou que para uma internalização significativa de conceitos científicos os alunos durante a aula necessitam realizar as seguintes atividades metas:

a) memorizar: decorar, recordar, repetir; b) compreender: captar o significado de um material, dizer com as próprias palavras o que ouviu ou leu, interpretar, explicar; c) aplicar: transferir os conhecimentos adquiridos para situações novas, concretas, particulares, solucionar problemas a partir das regras aprendidas, exemplificar, demonstrar, calcular; d) analisar: desmontar um todo em suas partes constitutivas percebendo as relações entre elas, distinguir fatos de hipóteses, ideias principais de secundárias, distinguir, discriminar, debater, examinar; e) sintetizar: reunir ou combinar elementos para formar um todo novo, uma nova estrutura para quem a faz, criar, construir, planejar; f) avaliar: julgar, criticar, comparar, emitir juízo de valor sobre os conteúdos relevantes, utilizando-se de um critério, para tomar uma decisão (GASPARIN, 2015, p. 113).

Nessa direção, ao analisar as habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais) propostas pela BNCC para a disciplina de geografia nota-se que são escassas as habilidades que

demandam atividades mentais superiores para o desenvolvimento de conceitos científicos. Ou seja, as habilidades apresentadas no documento não destacam em primeiro plano a aprendizagem dos conceitos científicos, podendo ser um dos seus maiores desafios, a inteligibilidade ligada ao singular e imediato, fazendo com que a educação escolar atue apenas na conservação dos valores e atitudes da ordem estabelecida, não priorizando o essencial, o desenvolvimento intelectual e a apropriação da humanidade construída historicamente (SAVIANI, 2011).

Dessa maneira, possibilita-se o entendimento do que é Geografia, com base nas práticas espaciais, que dizem respeito às ações espacialmente localizadas de cada indivíduo, considerado como agente social concreto. Ao observar e analisar essas ações, visando a interesses individuais (práticas espaciais), espera-se que os alunos estabeleçam relações de alteridade e de modo de vida em diferentes tempos (BRASIL, 2017, p. 365). Nesse sentido, o ensino de Geografia, salientado no documento, aponta mais para adaptação do homem ao meio, do que para a reflexão de causa e efeito que esse homem produz como ser transformador do meio.

Consequentemente, o objetivo da Base é nortear e unificar os currículos das instituições de ensino que ofertam a Educação Básica, mas, pode-se problematizar que a ideologia dessa proposta tem como principal objetivo formar alunos que atendam aos interesses da atualidade, principalmente as necessidades do capital, naturalizando que a concepção de homem empreendedor é a solução para as demandas atuais.

Para Milton Santos (2008) a “paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual” (SANTOS, 2008, p. 67). Ou seja, ao fazer uso apenas da descrição e percepção dos espaços locais apresenta-se uma visão fragmentada da realidade, uma aplicação de neutralidade que por sua vez configura a relação homem-natureza e a execução das transformações das formas espaciais sem se preocupar com o social (o político e o econômico), mas de forma submissa ao espaço para vantagem do capital (SANTOS 2008). O que para Milton Santos (1996), pode fazer da escola um celeiro de deficientes cívicos:

Hoje, sob o pretexto de que é preciso formar os estudantes para obter um lugar num mercado de trabalho afunilado, o saber prático tende a ocupar todo o espaço da escola, enquanto o saber filosófico é considerado como residual ou mesmo desnecessário, uma prática que, em médio prazo, ameaça a democracia, a república, a cidadania e a individualidade. Corremos o risco de ver o ensino reduzido a um simples processo de treinamento, a uma instrumentalização das pessoas, a um aprendizado que se exaure precocemente ao sabor das mudanças rápidas e brutais das formas técnicas e organizacionais do trabalho exigidas por uma implacável competitividade. Daí, a difusão acelerada de propostas que levam a uma profissionalização precoce, à fragmentação da formação e à educação oferecida segundo diferentes níveis de qualidade, situação em que a privatização do processo educativo pode constituir um modelo ideal para assegurar a anulação das conquistas sociais dos últimos séculos. A escola deixará de ser o lugar de formação de verdadeiros cidadãos e tornar-se-á um celeiro de deficientes cívicos (SANTOS, 1996, p. 151).

Dessa forma, é necessário oportunizar a interpretação dos dados/fenômenos instrumentalizando os alunos para a compreensão do mundo e as relações que nele existem, de forma que “[...] permita ao sujeito utilizar a leitura [...] para resignificar a espacialidade dos fenômenos observados em uma análise crítica e propositiva” (PASSINI *et al*, 1999, p. 126). Para que tal processo ocorra, é necessária a ação direta do professor, fazendo da mediação um elemento chave para que o aluno chegue ao conhecimento, pois é na escola, por meio do trabalho sistematizado, que pode-se permitir que os mesmos se apropriem dos clássicos que se configuraram como quesito de plena humanização.

Desse modo, percebe-se, no documento, o progresso da pseudoformação por meio da disciplina de geografia, cujo objetivo é alienar os alunos para que os mesmos não sejam críticos e questionadores da realidade. De acordo com Adorno (1996), pseudoformação é quando:

[...] a formação cultural agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede a formação cultural, mas a sucede. Deste modo, tudo fica aprisionado nas malhas da socialização (ADORNO, 1996, p. 389).

Ou seja, os indivíduos são controlados por uma classe dominante, que faz uso de seus bens materiais para gerar desigualdades entre os homens, deste modo tal formação obstrui a consciência do homem, tornando-o subordinado, isentando o mesmo de ser emancipado, crítico e

questionador, sujeitando-o às necessidades e exigências do capital, impedindo sua objetivação autônoma em suas relações sociais, alienando-o.

Nessa perspectiva, o ensino de geografia que a Base curricular estabelece para os alunos do Ensino Fundamental Séries Iniciais, está pautado no pressuposto teórico da geografia da percepção, prevalecendo a memorização e fragmentação dos conteúdos, além dos conhecimentos serem voltados apenas para a interpretação da natureza e espaços locais, apresentados nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades, deixando a desejar os estudos sobre as relações micro e macro dos homens no espaço.

Ensinar geografia não diz respeito apenas ensinar aos alunos a se localizarem no espaço, senti-lo e percebê-lo no intuito de compreender e respeitar as diversidades dos mesmos, mas ensinar geografia é permitir uma consciência filosófica sobre o espaço geográfico e as relações sociais, haja vista que uma aprendizagem significativa sobre os problemas geográficos “[...] desvenda seu espetáculo do mundo, dissimula, aos olhos de todos, o temível instrumento de poderio que é a geografia para aqueles que detêm o poder” (LACOSTE, 1988, p. 9).

Nesse sentido, a escola deve criar possibilidades de o aluno superar a sua condição de dominado, se libertar, e para isso precisa primeiro conhecer o que o dominante conhece, o conhecimento cultural e historicamente produzido pelo homem e sistematizado na forma de ciência, filosofia e arte. Portanto, também em geografia é necessário: “[...] indagar-se sobre o processo histórico da construção da cultura, pois é por meio dessa construção que o gênero humano vai humanizando a si próprio” (DUARTE, 2004, p. 46).

Em outras palavras, trata-se de indagar de que forma na disciplina de geografia pode ocorrer a “[...] apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem” (SAVIANI, 2008, p. 71). É necessário compreender que a escola é o lócus de aprendizagem, entendida como lugar de socialização do saber elaborado, sistematizado e historicamente construído. E, que o imediatismo, não humaniza e nem emancipa o indivíduo por não se apropriar dos conhecimentos científicos que foram construídos historicamente pelos homens, visto que a ato de emancipar está ligado ao processo de formação do indivíduo, é a ação que o mesmo realiza sobre o meio em que está inserido para transformá-lo e transformar a si mesmo, suprindo suas necessidades de sobrevivência e se apropriando do processo de objetivação.

O ensino de geografia se configura em um elemento essencial no processo de formação do sujeito histórico social quando colabora na valorização dos autores e conteúdos clássicos, contribui para a tomada de consciência do sujeito sobre seu local de vivência, na identificação dos problemas sociais e ambientais e, principalmente suas causas/consequências. Permite e incentiva a reflexão sobre as possibilidades de mudanças.

Para Santos (1978, p. 236):

É através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo.

A partir dessa perspectiva, ensinar geografia deveria cuidar do futuro e não apenas do imediato. Para o autor:

Uma ciência digna desse nome deve preocupar-se com o futuro. Uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo. Ela deve tentar dominar o futuro para o homem, isto é, para todos os homens e não só para um pequeno número deles. Se o homem não for, também, um projeto, retorna ao homem animal que ele era quando, para assegurar a reprodução de sua própria existência, não comandava as forças naturais. Agora, que a natureza modificada pelo trabalho humano é cada vez menos a natureza amiga e cada vez mais a natureza hostil, cabe aos que estudam uma vigilância redobrada. E a geografia, tantas vezes ao serviço da dominação, tem de ser urgentemente reformulada para ser o que sempre quis ser: uma ciência do homem (SANTOS, 1978, p. 260).

Assim, em geografia torna-se fundamental por meio das atividades mentais elucidadas por Gasparin (2015), proporcionar a internalização das linguagens geográficas, entre elas destaca-se a elaboração, leitura e interpretação de mapas e imagens; mediar uma reflexão crítica por meio da problematização dos problemas sociais geográficos atuais de forma a desvendar o que está além da causalidade aparente; oportunizar práticas pedagógicas que contribuam para que se estabeleçam associações significativas dos problemas sociais e/ou ambientais locais, vivenciados, àqueles de ordem distante e possibilitar, segundo Pastoriza e Caiado (2016, p. 8) a transformação da prática social a partir “[...] da reflexão, junto aos discentes, da necessidade da mudança de

atitude frente à realidade. Trata-se de transpor os conteúdos aprendidos para a prática enquanto ação sobre o mundo e a sociedade que vive nele”. Trata-se de formar uma consciência geográfica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da BNCC para a disciplina de Geografia no Ensino Fundamental Séries Iniciais, determina conteúdos a serem desenvolvidos com os alunos por meio de competências, habilidades, unidades temáticas e objetos de conhecimentos que são pautados no imediato, percepções particulares, o que permite inferir que não vai ao encontro da concepção de homem enquanto sujeito histórico social.

Diante disso, é compreendido que o ensino de geografia proposto pela BNCC proporciona aos alunos reconhecer, comparar e identificar os conteúdos em relação ao espaço geográfico local e enfatiza o saber fazer, o que pode desarticular a teoria da prática e impossibilitar a formação de indivíduos que se apropriem de conhecimentos historicamente produzidos, o que permite inferir que é proposto uma pseudoformação humana.

Cabe ressaltar, que a pseudoformação é a proposta de formação que a Base enfatiza para formar os indivíduos para o século XXI, distanciando-se da função social da escola que é, e sempre será, formar indivíduos humanizados, resgatando no ensino uma educação emancipatória por meio de conhecimentos sistematizados e científicos, do ato intencional, educativo e mediador do professor para estruturar tais conceitos.

Pode-se perceber que a temática específica da BNCC em relação com a geografia caminha na contramão de uma ontologia que situe o homem como ser social e vai ao encontro de uma perspectiva que favorece o respeito à diversidade, o acolhimento social, o compartilhamento de culturas e a solução de problemas cotidianos em âmbito apenas particular.

Nesse sentido, pode-se inferir que segundo a proposta do documento em análise deve-se ensinar geografia para desenvolver o pensamento espacial, estimular o raciocínio geográfico no intuito de desenvolver a capacidade de representar e interpretar o mundo ao relacionar sociedade e natureza. Isto porque, este conhecimento “[...] favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza)” (BRASIL, 2017, p.

359), bem como “[...] estimula a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana, condição fundamental para o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC” (BRASIL, 2017, p. 359).

Entretanto, ensinar geografia não se reduz a isso. Considera-se que ao ensinar geografia é fundamental possibilitar a reflexão sobre as ações do homem no tempo e no espaço de forma política, econômica e social, porque esse conhecimento pode habilitar o aluno a identificar-se como um agente de transformação.

Como muito bem salienta Santos (2001) se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só: o primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo, o segundo seria o mundo tal como ele é, e o terceiro o mundo como ele pode ser. E nesse sentido, o ensino de Geografia deve ser discutido e analisado em suas várias formas de contribuição social.

5 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Teoria da Semicultura. Tradução de Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci, Cláudia B Moura Abreu. In: **Educação e sociedade: revista quadrienal de ciências da educação**, ano XVII, nº 56, Campinas: Editora Papirus, dez./1996.

BRASIL, **Constituição, da República Federativa do Brasil de 1988**, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30/10/2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia(ensino fundamental)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acessado em: out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: out. 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHINI, Marli Aparecida de Lima. **A construção pedagógica dos anos 80 e 90 (do século XX) no Brasil e no Estado do Paraná: o currículo básico para escola pública do Estado do Paraná e os parâmetros curriculares nacionais**. Seminário Nacional, Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel, PR, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

DELORS, Jacques *et al.* Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

DUARTE, Newton. Formação do Indivíduo, Consciência e Alienação: O ser humano na psicologia de A.N. Leontiev. **Cad. Cedes**, Campinas, vol.24, n.62, p. 44-63, abril 2004.

FATIN, Maria Eneida. **Metodologia do Ensino de geografia**. 2. Ed. Ver, atual. E ampl. Curitiba: Ibpx, 2010.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

LACOSTE, Yves. A geografia - **Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São paulo: Hucitec, 1993.

PASSINI, Elza Yasuko; ALMEIDA, Rosângela Doin de; MARTINELLI, Marcelo. A Cartografia Para Crianças: Alfabetização, Educação ou Iniciação Cartográfica. **Boletim de Geografia**, v. 17, n. 1, p. 125-136, 1999.

PASTORIZA, Taís Buch; CAIADO, Kátia Regina Moreno. O Ensino De Geografia Segundo A Pedagogia Histórico-crítica: Algumas Aproximações. **X Seminário Nacional do HISTEDBR**, UNICAMP: 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. *Revista SIMPE*. Porto Alegre-RS, p. 11-33, 2006.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?. **Educ. rev. [online]**. 2001, n.18, p. 13-27.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. Os deficientes cívicos. **Folha de São Paulo**, v. 24, n. 1999, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia II: Para Além da Curvatura da Vara. In: **Escola e Democracia**. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11^a ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

HORNBURG, Nice; SILVA, Rúbia. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. Vol. 3n. 10, 1999.

VESENTINI, José Wiliam. Para uma geografia crítica na escola. São Paulo: editora Ática, 2008.

Enviado em 02/12/2020
Aprovado em 17/07/2021